

# Sindicato quer garantir avanços

29 SET 1988

ANC P3

JORNAL DE BRASÍLIA

Fotos: Josemar Gonçalves

Desde que a Constituição ficou pronta, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luís Antônio Medeiros, tem ouvido as seguintes perguntas dos seus liderados: "Quantos avisos prévios eu vou receber se for demitido? Quantos dias de licença-gestante eu vou ter quando meu filho nascer? Quando eu vou começar a participar dos lucros da empresa em que trabalho?" Medeiros, que ainda tem dúvidas sobre a sua própria estabilidade no emprego, está organizando um grupo de advogados — entre eles, Amauri Mascaro, ex-Consultor Jurídico do Ministério do Trabalho — para elaborar projetos de leis que dissipem estas incertezas.

A nova Constituição permite a iniciativa popular para a apresentação de projetos de leis à Câmara dos Deputados. Os projetos terão que ser subscritos por, no mínimo, 1% do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles. Primeiro sindicato da América da Latina e oitavo do mundo, com 130 mil associados e 40 advogados, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo tem tudo para ser o primeiro a apresentar projetos de leis ao Senado.

Esses projetos se destinarão a regulamentar todos os artigos dúbios referentes ao trabalhador por exemplo, o inciso oitavo do artigo 8º da Constituição diz que é vedada a dispensa do empregado sindi-

calizado a partir do registro de sua candidatura à representação sindical e, se eleito, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave. Acontece que não existe ainda uma lei regulamentando isso e o único texto legal que trata do assunto é a CLT, que terá de ser adaptada à nova Constituição.

## CGT festejará promulgação

Rio — A CGT — Confederação Geral dos Trabalhadores vai promover manifestações em vários Estados, no dia cinco de outubro, para festejar a promulgação da nova Constituição. A informação é do presidente da CGT regional do Rio, João Carlos Santos, explicando que, no Rio, a manifestação será na Candelária, ao meio-dia.

Santos disse que a CGT está convocando toda a sociedade para exigir que os direitos conquistados não fiquem só no papel. Disse que estão sendo convidadas para as manifestações entidades representativas da sociedade como a OAB,

calizado a partir do registro de sua candidatura à representação sindical e, se eleito, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave. Acontece que não existe ainda uma lei regulamentando isso e o único texto legal que trata do assunto é a CLT, que terá de ser adaptada à nova Constituição.

"Estabilidade era uma imunidade que eu tinha e que me permitia defender posições de igual para igual com o patrão. Agora, se de repente alguém resolver arguir que os dirigentes sindicais não têm estabilidade até fazerem uma nova CLT, nós estamos numa situação de insegurança", conta Luís Antônio Medeiros, metalúrgico da Gradiente. Quanto às dúvidas suscitadas em torno do aviso prévio, isso se deve ao fato de que hoje existem dois tipos: o trabalhador que recebe pagamento mensal e que tem mais de um ano de serviço, ao ser despedido tem 30 dias de aviso prévio.

### Licenças

A licença-gestante, que é um artigo claríssimo da nova Constituição, virou tema de dúvidas em consequência das declarações do ministro Jader Barbalho, da Previdência Social. Ele diz que esse direito só poderá ser exercido depois de aprovada uma lei ordinária. Acontece que mesmo as empresas interessadas em conceder licença-maternidade de 120 dias, não sabem agora como fazê-lo. Quando dão licença a seus empregados, elas recolhem contribuição previdenciária em cima dos salários pagos. E se agora a Previdência Social não quiser receber essa contribuição, sob o entendimento de que o assunto ainda não está regulamentado?

ABI, Famerj e Faferj.

Um grande número de reclamações trabalhistas contra o salário mínimo poderá surgir após a promulgação da nova Constituição. Enquanto o salário mínimo não for definido em lei complementar, os trabalhadores poderão recorrer à justiça para assegurar o atendimento de suas necessidades básicas. Caso os juizes dos Tribunais Regionais de Trabalho determinem o pagamento do salário mínimo de acordo com a definição do Dieese, a questão pode chegar até o Tribunal Superior do Trabalho. O TST já está se preparando.



María Rattes (E) chora e Márcia usa caneta de seu pai, JK, para assinar a nova Constituição



## Assinar Constituição dá até choro

Há cenas para todos os gostos: beijos de casais, discursos, exibição de canetas e lágrimas. Assim os constituintes vêm transformando em cerimônias o ato de assinar a Constituição que começa a vigorar no dia cinco, quarta-feira.

Ontem, a deputada Ana Maria Rattes (PSDB-RJ) chorou. Quatro deputados fizeram declarações de voto. O senador Pompeu de Souza

(PSDB-DF) beijou sua mulher depois de assinar a Carta. Zequinha, o filho do presidente Sarney, e o ministro Prisco Vianna voltaram ao Congresso.

Duas constituintes do Distrito Federal autografaram a Constituição com canetas especiais. A deputada Márcia Kubitschek (PMDB-DF) assinou-a com uma caneta que

pertenceu a seu pai, o ex-presidente Juscelino Kubitschek, fundador da cidade de Brasília. A deputada Maria de Lourdes Abadia (PSDB-DF) usou caneta mais humilde. A comunidade de Ceilândia, cidade-satélite do DF, da qual já foi administradora, presenteou-lhe com uma caneta prateada, pedindo que a deputada assinasse a Carta com ela. Ontem, a deputada atendeu o pedido.

## Prioridade para lei complementar

Quatro constituintes, entre eles o filho do ministro das Comunicações, Luiz Eduardo Magalhães (PFL-BA), divulgaram ontem declaração de voto após assinarem a nova Constituição, que será promulgada no dia 5 de outubro. Segundo eles, o mais importante agora não é discutir se a Carta é boa ou ruim, mas acelerar a votação da legislação complementar e ordinária a fim de que a nova Carta auxilie o País.

"A promulgação é apenas a etapa inicial de uma nova fase, não isenta de riscos nem incompreensões", diz a declaração. Luiz

Eduardo Magalhães afirmou que não vale a pena, agora, enunciar os defeitos da nova Constituição, "que significarão considerável recuo na caminhada do País para o desenvolvimento e justiça social". É hora, segundo o parlamentar, de começar a luta para que se complemente e se cumpra a nova Constituição.

O deputado Paes Landim (PFL-PI), outro signatário, afirmou que a nova Carta pode não ser o que muitos constituintes desejavam "mas isto foi discutido e decidido no voto pela maioria da Consti-

tuante". "No entanto", complementou, "é importante que a lei se cumpra, pois se a obediência à lei por si só, não faz grandes nações; a desobediência as destrói".

A declaração, também assinala pelos deputados Oscar Corrêa (PFL-MG) e Gilson Machado (PFL-PE), é uma maneira segundo os parlamentares, de garantir à Nação a necessidade de se respeitar a Constituição que será promulgada. Segundo Luiz Eduardo Magalhães, o senador Roberto Campos (PDS-MT) também deverá assinar a declaração.